



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 27 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA/SAP

1. OBJETO (CATSER 341-7):

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos.

2. LOCAIS DAS PRESTAÇÕES DOS SERVIÇOS:

2.1. LOTE ÚNICO: Sede do TRE/ES, 49 cartórios, 25 postos eleitorais e 02 almoxarifados/depósitos;

2.1.1 A Sede do TRE-ES é uma unidade composta por dois edifícios (Sede e Anexo).

2.1.2. Os Cartórios Eleitorais da 02ªZE e da 48ªZE estão localizados no mesmo imóvel, contando como uma unidade para efeitos de aplicação de dedetização.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS:

3.1. Os serviços de desinsetização, descupinização e desratização serão prestados nas instalações indicadas neste Termo de Referência, com fornecimento de material, ferramentas, utensílios e equipamentos, devendo ser realizados em todas as áreas internas e externas, tais como: mesas, armários, prateleiras, banheiros, copas, rodapés, caixas de gordura, esgotos, lixeiras, ralos, tubulações elétricas, depósitos, salas de trabalho, jardins e outros locais determinados pela Contratante.

3.2. A contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

3.3. A Contratada somente poderá utilizar produtos desinfestantes dominssanitários com registro na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente, executando com esmero e perfeição, refazendo tudo quanto for impugnado, quer em razão do material, quer em razão da mão de obra.

3.3.1. Os produtos deverão ter as seguintes características básicas:

- a) não causarem manchas;
- b) serem antialérgicos e inofensivos à saúde humana;
- c) tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d) os produtos aplicados no combate às larvas de moscas e formigas não deverão ser nocivos às plantas, ou seja, não danificar ou causar a morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados;
- e) apresentar baixo poder residual;
- f) apresentar baixa classe toxicológica.

3.4. O serviço deverá ser executado por sistema “crossing”, manejo integrado de pragas envolvendo aplicação de spray, gel, pulverização, atomizador e/ou outros métodos eficientes desenvolvidos após esta contratação e executados;

3.5. A Contratada deverá seguir o modo de aplicação conforme descrito abaixo:

3.5.1. Pulverização/Atomizador – galerias, redes pluviais, esgoto e alboxarifado, tetos, garagens e esgotos, armários, gavetas, rodapés, cantos, frestas e atrás dos móveis;

3.5.2. Gel Inseticida – equipamentos eletrônicos como máquinas, telefones, computadores e apinhes de controle;

3.5.3. Iscas pelerizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato – combate a ratos;

3.5.4. Pulverizador e Povilhadeira (veneno em pó) – aplicado nos jardins e bosques para combate a formigas, escorpiões, cupins e larvas do mosquito;

3.5.5. Injeção/infiltração e barreira em volta dos imóveis do TRE/ES para combate a cupim;

3.5.6. Aplicação de iscas formicidas para o combate de formigas cortadeiras, se for constatada a espécie;

3.6. As datas e horários de execução dos serviços ficarão a critério da Administração, devendo o cronograma de execução ser elaborado em conjunto com a Coordenadoria de Infraestrutura Administrativa em, no máximo, 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. No caso da não manifestação da contratada durante o período estipulado, prevalecerá o cronograma a ser elaborado pela Administração;

3.7. As aplicações de combates em áreas internas da sede do órgão deverão ser feitas em horários diferentes do horário de expediente do TRE/ES, que é das 12h às 19h;

3.8. Os serviços a serem realizados na sede do TRE/ES deverão ser previamente confirmados com a Seção de Administração Predial.

3.9. Os serviços a serem realizados nos Cartórios e Postos Eleitorais deverão ser previamente confirmados com os Chefes de Cartório dando ciência da necessidade de desocupação dos locais para a realização dos serviços, bem como quanto aos períodos de quarentena.

3.10. As empresas poderão efetuar visita técnica para auxiliar na formulação de suas propostas em todos os locais elencados no item 2 deste termo.

3.11. Os serviços executados deverão ser anotados em fichas de controle de execução, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome da Contratante; endereço do imóvel; praga(s) alvo; data de execução dos serviços; prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); orientações pertinentes ao serviço executado; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças, sanitária e ambiental, com seus respectivos prazos de validade e assinatura do responsável técnico, do aplicador e do responsável na Contratada;

3.12. Deverão ser utilizados equipamentos de proteção individual (EPI) adequados às aplicações dos produtos químicos durante os respectivos manuseios conforme NR-6 da Portaria N-3.214/78 do MTb.

3.13. As exigências impostas pela municipalidade deverão ser respeitadas em relação a cada local de realização do serviço.

4. PROGRAMAÇÃO DO TRATAMENTO DURANTE A CONTRATAÇÃO:

4.1. Na sede do TRE-ES (composta pelos edifícios sede e anexo) e Almoxarifado Central: desinsetização (formigas, aranhas, pulgas, carrapatos, baratas de esgoto, traças, escorpiões, lacraias, mosquitos, moscas e demais insetos), descupinização e desratização: **03 (três) aplicações.**

4.2. Nos Postos Eleitorais, Cartórios Eleitorais, demais Almoxarifados e Depósitos de Urnas: desinsetização (formigas, aranhas, pulgas, carrapatos, baratas de esgoto, traças, escorpiões, lacraias, mosquitos, moscas e demais insetos), descupinização e desratização: **01 (uma) aplicação em cada um dos imóveis.**

4.3. Os endereços dos imóveis, bem como suas características físicas, encontram-se elencados no Adendo I.

5. ROTINA DE TRATAMENTO:

5.1. Nos edifícios sede/anexo do TRE/ES:

5.1.1. Desratização: garagens, área dos fundos (próxima à pedreira), jardins frontais e laterais dos prédios, porões e cisternas;

5.1.2. Desinsetização: todas as dependências;

5.1.3. Descupinização: todas as dependências, incluindo juntas de dilatação das garagens, caixas de passagem de cabos elétricos e telefônicos dos corredores de todos os andares, marcos de porta, base das paredes e colunas pilares.

5.2. Nos Postos, Cartórios Eleitorais, Almoxarifado e Depósitos de Urnas:

5.2.1. Serviços de desinsetização, descupinização e desratização em todas as dependências, inclusive áreas externas.

5.3. A Contratada deverá considerar a obrigatoriedade de executar todos os serviços necessários para o controle e eliminação de pragas em todas as áreas compreendidas no Termo de Referência.

5.4. A Contratada deverá refazer os serviços considerados insatisfatórios no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação.

5.5. A desratização deverá ser realizada com emprego de raticidas que serão colocados em locais estratégicos, não acessíveis ao contato humano e o produto a ser utilizado deverá ser inodoro, de eficácia comprovada e provocar a morte e o ressecamento do animal, sem deixar odor.

6. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

6.1. Para execução dos serviços, a empresa deverá apresentar:

6.1.1. Licença de funcionamento expedida pelo órgão competente de vigilância sanitária municipal ou estadual;

6.1.2. Licença Ambiental Municipal ou Estadual (de Operação ou Simplificada) para armazenamento de produtos domissanitários e/ou de fumigação e/ou de expurgo, cujos prazos de validade deverão estar em vigor durante o período contratual;

6.1.3. Registro do responsável técnico da Contratada junto ao Conselho Profissional que comprove que o mesmo está devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas;

6.1.4. Comprovação que o responsável técnico pertence ao quadro técnico da empresa contratada (através de anotação na carteira profissional, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social, no caso de sócio);

6.1.5. Registro da empresa especializada junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

7.1. A empresa contratada deverá atuar em conformidade a IN nº 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

7.1.1 A contratada deverá executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC nº 622/2022 da ANVISA e demais resoluções pertinentes, destacando-se as metodologias direcionadas para redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

7.1.2. A empresa deverá respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendados, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários, nas áreas escopos dos trabalhos, quer seja em qualidade, em quantidade, ou em destinação;

7.1.3. As atividades de dedetização são de inteira responsabilidade da contratada, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;

7.1.4. A manipulação e aplicação de produtos só poderão ser efetuadas por funcionários devidamente treinados, identificados, uniformizados e portando equipamento de proteção individual (EPI) adequados;

7.1.5. As embalagens vazias não devem ser deixadas no local de aplicação, devendo retornar à empresa prestadora de serviço para a adequada destinação final;

8. GARANTIA:

8.1. Garantir os serviços efetuados por, no mínimo:

8.1.1. Desratização: 60 (sessenta) dias;

8.1.2. Desinsetização: 90 (noventa) dias;

8.1.3. Descupinização: 180 (cento e oitenta) dias.

8.2. As garantias acima deverão ser mantidas mesmo após o término do contrato.

8.3. As aplicações que se fizerem necessárias no período de garantia serão consideradas sustentativas e não terão ônus para a Contratante.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo:

a) anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências;

b) comunicação formal, sob recibo, de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

9.2. Elaborar o cronograma de execução dos serviços, em conjunto com a Contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;

- 9.3.** Confirmar previamente os serviços por meio do chefe de cartório ou fiscal do contrato, conforme o caso;
- 9.4.** Atestar as fichas de controle de execução dos serviços, por intermédio da respectiva Chefia de Cartório ou do fiscal do contrato, conforme o caso;
- 9.5.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contidas neste Termo de Referência, permitindo o acesso dos funcionários da Contratada nas dependências do TRE/ES;
- 9.6.** Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 9.7.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 10.1.** Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual devidamente assinado ou confirmar o recebimento da nota de empenho em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo.
- 10.2.** A não manutenção da proposta ou o descumprimento do prazo para a assinatura do instrumento contratual/recebimento da nota de empenho implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta encaminhada pela empresa e aceita pela Administração.
- 10.2.1.** O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual/recebimento da nota de empenho equivale à recusa em assiná-lo.
- 10.3.** Executar diretamente os serviços contratados, não sendo admitida a transferência de responsabilidades para terceiros ou subcontratações;
- 10.4.** Responsabilizar-se pela correta inutilização e descarte das embalagens, conforme rege a Resolução RDC 52/2009, da ANVISA.
- 10.5.** Identificar seus funcionários com crachás ou carteira funcional, cédula de identidade e uniforme no ato da prestação do serviço ou quando for o caso e orientá-los exigindo deles boa conduta e respeito às normas disciplinares do TRE/ES;
- 10.6.** Responsabilizar-se que os profissionais que executarão os serviços utilizem Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, visando preservar a saúde, a segurança e a integridade física do aplicador;
- 10.7.** Arcar com todos os ônus dos deslocamentos dos seus técnicos ao local onde deverá ser executado os serviços cobertos no contrato.
- 10.8.** Exigir que seus empregados se submetam às normas e aos regulamentos internos da Contratante;
- 10.9.** Responsabilizar-se por qualquer extravio ou danos causados durante a prestação dos serviços, obrigando-se a promover o devido ressarcimento.
- 10.10.** Apresentar Procedimento Operacional Padronizado elaborado de forma objetiva pela empresa especializada, que estabelece instruções sequenciais para a realização de operações rotineiras e específicas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas (POP), conforme previsto no art. 13 da Resolução RDC 52/2009.
- 10.11.** Garantir a qualidade dos serviços prestados, devendo refazer os serviços considerados insatisfatórios no total ou em parte, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação efetuada pelo fiscal do contrato.

10.12. Realizar aplicações sustentativas, no período de garantia, quando solicitados, sem ônus para a Contratante.

10.13. Comunicar a Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

10.14. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela Contratante.

10.15. Fornecer comprovante de execução de serviço, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome da Contratante; endereço do imóvel; praga(s) alvo; data de execução dos serviços; prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); orientações pertinentes ao serviço executado; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças, sanitária e ambiental, com seus respectivos prazos de validade e assinatura do responsável técnico, do aplicador e do responsável na Contratada.

10.16. Atender às demais exigências contidas na Resolução RDC 52/2009 da ANVISA, que forem compatíveis com os serviços a serem prestados nas dependências da Contratante.

10.17. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

11. FISCALIZAÇÃO:

11.1. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução fiel de todos os serviços, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

a) exigir o cumprimento das obrigações;

b) acompanhar a execução dos serviços, observando a sua conformidade aos termos contratuais;

c) notificar a Contratada sobre irregularidades ou falhas na execução do contrato;

d) certificar a execução dos serviços nos documentos de pagamento;

d) ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

e) efetuar esclarecimentos das dúvidas porventura existentes e encaminhar à Administração/TRE-ES os casos de descumprimento contratual que impliquem na aplicação de penalidades.

11.2. A fiscalização dos serviços será efetuada através do setor competente deste TRE/ES.

11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

12. COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA:

- 12.1.** Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.
- 12.1.1.** O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.
- 12.2.** A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.
- 12.3.** As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

13. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.1. A empresa contratada deverá apresentar Certidão Negativa de Feitos de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial.

14. VIGÊNCIA:

14.1. O prazo de vigência será da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2024.

15. PROPOSTA:

15.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS:

LOTE ÚNICO				
SERVIÇOS		QUANT	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
Item 01	Desinsetização	82	R\$ 181,08	R\$ 14.848,56
Item 02	Desratização	82	R\$ 176,06	R\$ 14.436,92
Item 03	Descupinização	82	R\$ 171,17	R\$ 14.035,94
			Valor Total Estimado	R\$ 43.321,42

17. PAGAMENTO:

17.1. A Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente a apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

17.2. Os preços englobam a prestação dos serviços, materiais e produtos a serem empregados, mão-de-obra, equipamentos operacionais, deslocamentos e hospedagens, salários e encargos trabalhistas, tributos e encargos, seguro e outras despesas que venham a incidir sobre o objeto desta contratação.

17.3. A contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

17.4. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) **via**, na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

18. PENALIDADES):

18.1. A contratada que descumprir as obrigações decorrentes do contrato, ficará sujeita às seguintes sanções:

Descumprimento	Percentual diário	Limite de dias	Percentual total	Valor de incidência da multa
Atraso na execução	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Prazo excepcional de execução	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Inexecução total ou parcial	-	-	30%	Objeto inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-	-	0,5%	Total do contrato

18.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na execução ou na reparação do serviço, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no item 18.1;

18.3. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

18.4. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

18.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

18.6. A contagem do prazo estabelecido no item 18.2 inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na execução e/ou na reparação do serviço.

18.7. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do serviço executado ou reparado em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

18.8. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

19. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018):

19.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

19.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

ADENDO I

Item	Qtde aplic.	Zona	SEDE	LOGRADOURO	BAIRRO	TELEFONE	M²
1	3	-	ED. SEDE e ANEXO TRE	Av. João Batista Parra, Vitória, 575	Praia do Suá	27 2121-8500	9.690
2	3	-	ALMOXARIFADO CENTRAL	Av. João Batista Parra, Vitória, 351	Praia do Suá	27 2121-8500	717
3	1	1ª	VITÓRIA	Rua Vitório Nunes da Motta, nº 55, loja 08	Enseada do Suá	27 3222-5953	550
4	1	-	DEP. DE URNAS - VITÓRIA	Rua Desembargador Sampaio, 244	Praia do Canto	27 3222-5953	550
5	1	2ª/48ª	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	Av. Francisco Lacerda de Aguiar, 381	Amarelo	(28)3522-3051	1000
6	1	2ª	ATÍLIO VIVACQUA (posto)	Rua Capitão Jovino Alves Pedra, s/nº	Niterói	(28)3522-3051	50
7	1	3ª	CASTELO	Av. Nossa Senhora da Penha, 790	Centro	28 3542-3711	206
8	1	4ª	ALEGRE	Av. Oscar de Almeida Gama, 263	Centro	28 3552-3115	150

9	1	5ª	MIMOSO DO SUL	Rua Gervásio Monteiro, 105	Centro	28 3555-1495	278
10	1	6ª	COLATINA	Av. Vitória, 44	Maria das Graças	(27) 98170-5584	384
11	1	-	DEP. DE URNAS - COLATINA	Av. Vitória, 44	Maria das Graças	(27) 98170-5584	635
12	1	7ª	BAIXO GUANDU	Rua Madame Albertina Holz, 79	Centro	(27) 3732-1422	140
13	1	7ª	LARANJA DA TERRA (posto)	Av. Luís Obermuller Filho, 85	Centro	27 3736-1266	30
14	1	8ª	AFONSO CLÁUDIO	Rua Anália Vieira de Souza, 275	São Vicente	27 3735-1840	210
15	1	9ª	SANTA LEOPOLDINA	Ladeira Rosalina Ribeiro Nunes, 300	Centro	27 3266-1227	237
16	1	9ª	SANTA MARIA DO JETIBÁ (posto)	Rua Augusto Jacob, 33	Centro	27 3263-2409	30
17	1	10ª	IBATIBA	Rua Cantídio Roberto de Moraes, 144	Novo Horizonte	28 3543-1537	142
18	1	10ª	BREJETUBA (posto)	Av. Euzébio Cirilo de Souza, 50	Centro	27 3733-1251	30
19	1	11ª	SANTA TERESA	Av. José Ruschi, 37	Centro	27 3259-1527	125
20	1	11ª	ITARANA (posto)	Praça Ana Mattos, 50	Centro	27 3720-0177	30
21	1	12ª	ALFREDO CHAVES	Rua. Lauro Ferreira Pinto, 575	Centro	27 3269-1291	80
22	1	13ª	GUAÇUÍ	Rua Emiliana Emery, 55	Centro	28 3553-2865	182
23	1	14ª	IBIRAÇU	Rua Arlindo Vicente, 211	Centro	27 3257-1158	150
24	1	15ª	DOMINGOS MARTINS	Av. Presidente Vargas, 242, Loja B	Centro	27 3268-1969	219

25	1	16 ^a	ITAGUAÇU	Av. 17 de Fevereiro, 240	Centro	27 3725-1068	165
26	1	16 ^a	SÃO ROQUE DO CANAÃ (posto)	Rua Lourenço Roldi, 88	São Roquinho	27 3729-1500	30
27	1	17 ^a	ANCHIETA	Rodovia do Sol, 2273, Ed. Parmagnani e Silva, sl. 04 e 05	Justiça II	28 3536-1452	314
28	1	17 ^a	PIÚMA (posto)	Av. Eduardo Rodrigues, s/nº	Acaiaca	28 3536-1452	128
29	1	18 ^a	IÚNA	Av. Deputado João Rios, 372	Centro	28 3545-1985	141
30	1	18 ^a	IBITIRAMA (posto)	Rua Edgar Santana Alves, 53	Centro	28 3569-1228	30
31	1	19 ^a	MUNIZ FREIRE	Rua Feniano Mitleg, 36	Centro	28 3544-1372	124
32	1	19 ^a	IRUPI (posto)	Rua Laurentina Miranda Leal, 245	Centro	28 3548-1647	30
33	1	20 ^a	ARACRUZ	Rua Esaura Sfalsin Rosa, 15	Jequitibá	27 3256-1237	233
34	1	21 ^a	SÃO MATEUS	Rua Coronel Constantino Cunha, 1262	Fátima (Ideal)	27 3763-1799	260
35	1	22 ^a	ITAPEMIRIM	Rua Melchíades Félix de Souza, 150	Serramar	28 3529-6057	194
36	1	23 ^a	BARRA DE SÃO FRANCISCO	Rua Deolindo Dazílio, 03	Centro	27 3756-2805	236
37	1	23 ^a	ÁGUA DOCE DO NORTE (posto)	Rua Abílio Bertolo da Silva, 01	Centro	27 3759-1645	30
38	1	24 ^a	GUARAPARI	Rua Jacinto de Almeida, 340	Parque da Areia Preta	27 3362-2641	210
39	1	25 ^a	LINHARES	Av. Aracruz, 810	Colina	27 3264-1107	349
40	1	26 ^a	SERRA	Rua Domingos Martins, 87	Centro	27 3251-3090	831

41	1	27 ^a	CONCEIÇÃO DA BARRA	Av. Jones dos Santos Neves, 264	Centro	27 3762-1606	140
42	1	27 ^a	PEDRO CANÁRIO (posto)	Av. Amália Negreiro de Castro, 275	Centro	27 3764-1492	140
43	1	30 ^a	NOVA VENÉCIA	Rua Vicente Alves de Oliveira, 71	Beira Rio	27 3752-2716	162
44	1	30 ^a	VILA PAVÃO (posto)	Rua Vasco Coutinho, 28	Centro	27 3753-1130	30
45	1	32 ^a	VILA VELHA	Rua XV de Novembro, 288	Praia da Costa	27 3229-5555	350
46	1	33 ^a	ECOPORANGA	Rua Otília da Costa, 49	Centro	27 3755-1001	152
47	1	34 ^a	CARIACICA	Av. Getúlio Vargas, 107	Campo Grande	27 3226-2130	410
48	1	35 ^a	ICONHA	Rua Wilton Thalmaturgo Serrão, 48	Morada Vale do Sol	28 3537-1796	240
49	1	35 ^a	VARGEM ALTA (posto)	Rua William Rose, s/nº	Centro	28 3528-1737	30
50	1	36 ^a	PANCAS	Rua Rubi, N. 76	Centro	27 3726-1059	92
51	1	36 ^a	MANTENÓPOLIS (Posto)	Rua Floriano Rubim, 191	Centro	27 3758-1103	123
52	1	36 ^a	ALTO RIO NOVO (Posto)	Rua Paulo Martins, 276	Centro	27 3746-1331	9
53	1	37 ^a	SÃO GABRIEL DA PALHA	Av. Lions Club, 252	Centro	27 3727-2412	288
54	1	37 ^a	VILA VALÉRIO (posto)	Av. Padre Francisco, 217	Boa Vista	27 3728-1389	30
55	1	38 ^a	MONTANHA	Av. dos Combonianos, 1313	Irmã Maria Zélia	27 3754-1379	152
56	1	39 ^a	PINHEIROS	Av. Dom José Dalvit, 22, Lj. 14	Centro	27 3765-1777	123

72	1	51 ^a	GOVERNADOR LINDEMBERG (posto)	Rua Delmira de Aguiar, 54	Centro	27 3744-5401	50
73	1	52 ^a	VITÓRIA	Av. José Maria Vivacqua Santos, 600	Jardim Camburi	27 3227-0004	425
74	1	53 ^a	SERRA	Av. Des. Mário da Silva Nunes, 1420, Lj 2	Jardim Limoeiro	27 3338-6420	250
75	1	54 ^a	CARIACICA	Av. José Sette, s/nº	Itacibá	(27) 98170-5632	652
76	1	55 ^a	VILA VELHA	Rua Coronel Sodré, 512	Centro	27 3229-9226	490
77	1	57 ^a	VILA VELHA	Avenida N. Sr ^a da Penha, 230	Ibes	27 3289-5551	262
78	1	59 ^a	SERRA	Av. Abdo Saad, 1296, Ljs. 8, 9 e 10	Jacaraípe	27 3245-4515	283

Em 29 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL HENRIQUE DE SÁ PEREIRA**, Técnico Judiciário, em 29/11/2023, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1063164** e o código CRC **E2BCD16A**.